Antropologia Forense

Autor(res)

Lilian Resende Naves Cantarelli
Isabela Karine Mota Ribeiro

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE UBERLÂNDIA

Introdução

A Antropologia Forense é um campo técnico-científico que tem como objetivo a identificação de seres humanos, vivos ou mortos, por meio da análise de características físicas, especialmente em casos onde outros métodos tradicionais não são viáveis. Essa disciplina é aplicada, por exemplo, na identificação de pessoas desaparecidas, em corpos em avançado estado de decomposição ou em fragmentos ósseos, inclusive queimados. Mesmo em situações envolvendo indivíduos vivos, a antropologia forense pode ser utilizada, como na estimativa da idade de pessoas sem documentação oficial, como crianças ou idosos que desconhecem sua real idade.

Objetivo

Os antropólogos forenses são essenciais na identificação de vítimas de desastres naturais, acidentes em massa, conflitos armados e em investigações humanitárias, oferecendo suporte técnico à justiça e aos direitos humanos.

Material e Métodos

Existem diferentes tipos de identificação forense, cada um com um grau de confiabilidade:
Identificação provisória, que é uma hipótese inicial baseada em informações preliminares, utilizada enquanto se aguarda confirmação definitiva.
Identificação circunstancial, baseada em evidências indiretas como testemunhos e objetos pessoais, mas sem base biológica.
Identificação presuntiva, que se baseia em fortes indícios, como tatuagens ou radiografias compatíveis, mas que ainda não confirmam com total certeza.
Identificação positiva, que é definitiva e baseada em dados únicos e cientificamente verificáveis.
Falhas na identificação podem ocorrer, geralmente por dois motivos: considerar diferenças normais como exclusões, ou aceitar similaridades genéricas como suficientes para confirmar uma identidade. Por isso, a interpretação cautelosa é essencial para evitar erros graves que podem impactar famílias e processos judiciais.
Um dos recursos mais utilizados na antropologia forense é a análise dentária. A odontologia forense contribui significativamente para a identificação de indivíduos através de elementos como restaurações dentárias, perdas dentárias anteriores à morte e padrões específicos de crescimento e rotação dentária. Tanto odontologistas quanto antropólogos compartilham esse interesse, especialmente quando as informações antemortem (obtidas em vida) estão disponíveis, como radiografias.

Estudos demonstram a eficácia dessa abordagem: entre abril de 1978 e julho de 1979, em St. Louis (EUA), 60% das identificações científicas foram realizadas com base em radiografias, utilizando características anatômicas únicas, alterações causadas por doenças ou cirurgias prévias. Para garantir precisão na comparação dessas imagens, técnicas corretas de posicionamento, centralização e angulação devem ser aplicadas.

Resultados e Discussão

A compreensão entre os conceitos de identidade e identificação é fundamental no campo das ciências forenses. Identidade refere-se ao conjunto de características que torna um indivíduo único — como traços físicos, psicológicos, tatuagens e outras particularidades. Já a identificação é o processo científico e técnico por meio do qual se determina a identidade de uma pessoa, especialmente quando esta não pode ser reconhecida visualmente, como em casos de corpos carbonizados, esqueletizados ou em estado avançado de decomposição.
No contexto da antropologia forense, a identificação de vítimas ocorre por meio de uma abordagem científica sistemática e precisa, dividida em duas grandes etapas:
Etapa reconstrutiva, onde se coleta o máximo de informações sobre o corpo, incluindo análise do esqueleto;
Etapa comparativa, que confronta os dados coletados com informações prévias à morte (dados antemortem), como registros médicos, radiografias ou descrições físicas.
Inicialmente, os especialistas constroem um perfil biológico da vítima, com base em quatro parâmetros principais:
Ancestralidade (origem geográfica provável),
Idade estimada à morte (com base em indicadores ósseos e dentários),
Sexo biológico (avaliado principalmente pela morfologia da bacia e crânio),
Estatura (calculada a partir do comprimento dos ossos longos, como o fêmur).
Esses dados permitem reduzir o número de possíveis vítimas em listas de desaparecidos. Em seguida, os peritos buscam por características individualizantes, como marcas de cirurgias, fraturas antigas, implantes metálicos ou outras alterações esqueléticas únicas, que possam ser confrontadas com prontuários médicos e imagens radiográficas para uma identificação positiva.
Quando os dados biológicos não são suficientes, pode-se recorrer à aproximação facial, técnica que reconstrói digital ou fisicamente os traços do rosto com base nos ossos craniofaciais. Essa prática exige profissionais altamente especializados e é considerada uma subárea da antropologia forense.
Além de identificar quem era a vítima, a antropologia forense também contribui na resposta a outras duas perguntas cruciais em investigações criminais:
Como morreu: por meio da análise de lesões traumáticas ósseas, os peritos podem determinar se a morte ocorreu de forma violenta (como perfurações, fraturas ou impactos). Tais lesões são especialmente relevantes se ocorreram perimortalmente, ou seja, no momento próximo à morte.
Quando morreu: esse aspecto é um dos mais complexos, pois depende de múltiplos fatores ambientais e biológicos. A estimativa do intervalo post mortem pode considerar o estado de decomposição, presença de tecidos preservados (mumificação, saponificação), análise de vestígios como roupas e etiquetas, e até o uso de técnicas complementares de arqueologia, botânica, química e entomologia forense.

Conclusão

A atuação da antropologia forense é multidisciplinar e integrada, exigindo precisão científica e cuidado metodológico, principalmente por causa das implicações legais. A odontologia legal também tem papel importante no processo de identificação humana. Técnicas como a análise comparativa de fotografias do sorriso, bem como o exame de arcadas dentárias, restaurações e próteses, fornecem informações altamente individualizantes que

podem confirmar ou descartar identidades com segurança.

Referências

https://www.even3.com.br/anais/jounigyeintegraendo/441805-odontologia-legal-associada-a-antropologia-forense-na-identificacao-cadaverica--relato-de-caso/

http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252019000200011

https://consensus.app/search/antropologia-forense/poct1J7JRVCpHGLs3trprA/